



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. BARTOLOMEU BUENO
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

264
022

APelação CÍVEL Nº 153453-0
COMARCA : RECIFE – 24ª VARA CÍVEL
APELANTE: TEREZA CRISTINA DE LIMA
APELADO : CAIXA SEGURADORA S.A
RELATOR : DES. BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL -- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS – SEGURO DE VIDA – PRESCRIÇÃO – APLICABILIDADE DO PRAZO PREVISTO NO ART. 206, § 1º, II. ALÍNEA “b” DO CÓDIGO CIVIL - SÚMULA Nº 101 DO STJ – SENTENÇA MANTIDA – APELAÇÃO IMPROVIDA – DECISÃO UNÂNIME.

A orientação da Súmula nº 101 do Superior Tribunal de Justiça tem a seguinte redação: “A ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano”. Assim, não restam, pois, dúvidas quanto ao prazo, porquanto o próprio Código Civil traz dispositivo específico regulando a matéria.

Consolidado o entendimento de que o prazo prescricional aplicável é de 1 (um) ano, seja nas ações movidas pelo Segurador, seja nas movidas pelo Segurado, tem-se que a rescisão se deu em 01/10/2001, tendo a apelante até 30/09/2002 para intentar a presente demanda, o que, todavia, somente ocorreu em 20/07/2006.

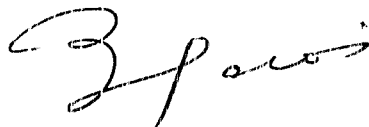
Sentença mantida. Apelo improvido, com fulcro no art. 206, II, do Código Civil combinado com o art. 269, IV, do Código de Processo Civil. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes Autos da Apelação Cível nº 153453-0, em que figura como Apelante TEREZA CRISTINA DE LIMA e, como Apelada CAIXA SEGURADORA S.A. , ACORDAM, na TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o seguinte: “À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto

da turma”, tudo de acordo com os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

023

Recife, 11 - 12 - 2009



Desembargador Bartolomeu Bueno
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

241
024
4

APELAÇÃO CÍVEL Nº 153453-0
COMARCA: RECIFE – 24ª VARA CÍVEL
APELANTE: TEREZA CRISTINA DE LIMA
APELADO: CAIXA SEGURADORA S.A
RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Relatório

Trata-se de Apelação Cível (fls. 178/204) interposta pela Autora **TEREZA CRISTINA DE LIMA** contra sentença monocrática (fls. 19/28) prolatada pelo Juiz de Direito da 24ª Vara Cível da Capital que, nos autos da *Ação de Indenização por Danos Materiais e Reparação de Danos Morais* (Proc. Nº 001.2006.028664-5), julgou extinto o processo com resolução de mérito, nos termos dos art. 269, IV, do CPC, acolhendo a preliminar de prescrição e condenando a Agravante/Autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados em 20% sobre o valor da causa, condenação esta suspensa por 5 (cinco) anos por força do art. 12 da Lei 1060/50; determinou, ainda, extinto o incidente de impugnação ao valor da causa em apenso, por considerá-lo sem qualquer efeito prático.

Aduz, a Apelante, em síntese, que o prazo prescricional a ser aplicado é de 5 (cinco) anos, conforme o art. 27 do Código de Defesa do Consumidor e que o entendimento jurisprudencial acerca do prazo prescricional de 1 (um) ano refere-se a demandas executivas movidas pelas seguradoras em sede de Embargos à Execução.

Afirma que após a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor não mais prevalece o prazo estipulado no Código Civil quanto às ações propostas pelo segurado contra o segurador.

Faz, também, considerações a respeito do contrato de seguro, da rescisão unilateral e do mérito da causa.

Pugna, por fim, pela ratificação do benefício da justiça gratuita, pela procedência do presente recurso de Apelação para reformar a sentença, ora atacada, admitindo a necessidade de reparação por danos materiais e morais suportados pela Apelante em face da rescisão unilateral ilegal do contrato de seguro por parte da Apelada.

Requer, ainda, que a apelada seja condenada a devolver a totalidade dos prêmios mensais pagos, com acréscimo de correção monetária e juros legais de 1% (um

025 2421
por cento) ao mês, a título de indenização por danos materiais contados da data de cada recolhimento até a efetiva restituição. Alternativamente, pede que se dê provimento ao apelo para anular a sentença recorrida e determinar o retorno dos autos ao juízo de origem a fim de que o Juiz da causa dê prosseguimento ao presente processo.

A Apelada ofereceu contra-minuta (fls. 209/231), em que rebate os argumentos esposados no apelo. Requer, ao final, que seja negado provimento ao Recurso de Apelação e, conseqüentemente, mantida a sentença de primeira instância em todos os seus termos.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 16-6-2008



DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Relator



266,
026
37

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 153453-0
COMARCA: RECIFE – 24ª VARA CÍVEL
APELANTE: TEREZA CRISTINA DE LIMA
APELADO: CAIXA SEGURADORA S.A
RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO

Não merece prosperar a irresignação aqui apontada. Busca a Apelante descaracterizar a aplicabilidade do prazo previsto no art. 206, §1º, II, alínea “b”, do Código Civil de 2002 e o entendimento jurisprudencial acerca da matéria, de que o prazo prescricional para o caso em tela é de 1 (um) ano.

A Súmula nº 101 do Superior Tribunal de Justiça traz a seguinte redação: “A ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano”. Não restam, pois, dúvidas quanto ao prazo, porquanto o próprio Código Civil traz dispositivo específico regulando a matéria.

Não há razão na afirmativa de que após a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, não mais se aplica o prazo estipulado no diploma civil.

Nesse sentido, colhe-se recente jurisprudência:

EMENTA: “Processual civil. Agravo em agravo de instrumento. Indenização. Seguro. Embargos declaratórios. Omissão. Ausência. Prescrição. Ocorrência. Ausência de fundamentos capazes de ilidir a decisão agravada. - Rejeitam-se corretamente os embargos de declaração se ausentes os requisitos da omissão, contradição ou obscuridade. - Prescreve em um ano o direito de ação de indenização contra segurado, conforme Súmula 101/STJ. - O termo inicial do referido prazo prescricional é momento em que ocorre o sinistro. (...)” (STJ - AgRg no Ag 883898 / SE. TERCEIRA TURMA. Rel. Min. NANCY ANDRIGHI. Dt. Julg. 14/11/2007)

EMENTA: “DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO (ART. 178, § 6.º, II, DO CC/1916 E ART. 206, § 1.º, II, DO CC ATUAL). PRAZO. FLUÊNCIA. DATA DA CORRESPONDÊNCIA ENVIADA PELA SEGURADORA COM A RECUSA DO PAGAMENTO. IRRELEVÂNCIA. DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO SEGURADO. FORMAS DE CARACTERIZÁ-LA E ÔNUS DA PROVA DA SUA OCORRÊNCIA. - A jurisprudência das Turmas que compõem a 2.ª Seção do STJ exige que o segurado tenha ciência inequívoca da recusa do pagamento pela seguradora, para que volte a fluir o prazo prescricional da pretensão de cobrança da indenização. (...) - Para efeito de fluência do prazo prescricional da pretensão à indenização do segurado contra a seguradora, a data da correspondência enviada pela seguradora com a recusa do pagamento é absolutamente irrelevante para se determinar a data da ciência inequívoca do segurado a respeito de tal recusa, porque a única data válida para tanto é a data em que o segurado assinou o comprovante de recebimento de tal comunicação, seja ela o aviso de recebimento, o recibo da notificação do

027 / 267
cartório de títulos e documentos ou o mandado expedido no processo da notificação judicial. (...)” (STJ - REsp 888083 / ES. TERCEIRA TURMA. Ministra NANCY ANDRIGHI. Dt. Julg. 21/06/2007)

EMENTA – “DIREITO CIVIL. SEGURO DE VIDA. PRESCRIÇÃO ANUA. ART. 178, §6, II DO CC DE 1916. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO DO SEGURO A MENOR. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO. AÇÃO PROPOSTA MAIS DE TRÊS ANOS DEPOIS. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. 1. O Código Civil de 1916, aplicável à espécie dos autos, em seu art. 178, §6º, inciso II, dispõe que prescreve em um ano a ação do segurado contra o segurador e vice-versa, contado o prazo a partir do conhecimento do fato pelo interessado. 2. (...). 4. Destarte, considerando anual a prescrição para o caso de ação proposta pelo segurado contra a seguradora, prazo este contado a partir da data do recebimento do valor que reputou menor do que o devido, ou seja, 20.06.2000, e que a presente ação foi proposta em 14.10.2003, há de se reconhecer a prescrição da pretensão autoral. 5. Apelo provido à unanimidade, para acolher a preliminar de prescrição, extinguindo-se o processo com exame do mérito, com esteio no art. 269, IV do Código de Ritos” (TIPE – Ap. Cível 0114902-0. Rel. Des. Alexandre Aquino. 2005)

Assim, consolidado o entendimento de que o prazo prescricional aplicável é de 1 (um) ano, seja nas ações movidas pelo Segurador, seja nas movidas pelo Segurado, tem-se que a rescisão se deu em 01/10/2001, tendo a apelante até 30/09/2002 para intentar a presente demanda, o que, todavia, somente ocorreu em 20/07/2006. Não merece reforma, portanto, a decisão ora vergastada.

Isto posto, conheço da presente Apelação Cível mas **NEGO-LHE PROVIMENTO**, com fulcro no art. 206, II, do Código Civil c/c o art. 269, IV, do Código de Processo Civil, mantendo a sentença *a quo* em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 11-10-2008



DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Relator

262

027



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE E REVISOR)

Acompanho o voto do Relator.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Também acompanho o Relator.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

Mike